



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 115/XII/ 2.ª SL

Aos 25 dias do mês de junho de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.os 111, 112, 113 e 114/XII;
2. Distribuição de iniciativas:
 - Pedido de parecer enviado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a proposta de lei n.º 153/XII/2.ª (GOV) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro;
 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 216/2008 no que se refere aos aeródromos, à gestão do tráfego aéreo e aos serviços de navegação aérea [COM(2013)409];
 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)410];
 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Acelerar a implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)408];
3. Apreciação e votação do parecer sobre a proposta conjunta de decisão do Conselho relativa às regras de execução pela União da cláusula de solidariedade [Join(2012)39]
Relator: Deputado Mário Simões;
4. Outros assuntos.

1. Aprovação das atas n.os 111, 112, 113 e 114/XII;

Por impossibilidade de estar presente o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente Miranda Calha. Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente em exercício colocou à votação as atas n.os 111, 112, 113 e 114/XII, relativas, respetivamente, às reuniões havidas nos dias 28 de maio e 4, 6 e 11 de junho, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

2. Distribuição de iniciativas:

- **Pedido de parecer enviado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a proposta de lei n.º 153/XII/2.ª (GOV) -**



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 115/XII/ 2.ª SL

Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro;

- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 216/2008 no que se refere aos aeródromos, à gestão do tráfego aéreo e aos serviços de navegação aérea [COM(2013)409];

- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)410];

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité

Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Acelerar a implementação do Céu Único Europeu [COM(2013)408];

A proposta de lei n.º 153/XII/2.ª (GOV) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, foi distribuída ao PS, que ficou de indicar um Deputado para elaborar o parecer.

Relativamente às iniciativas europeias, o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) sugeriu que, atendendo à correlação das matérias objeto das mesmas, fossem tratadas em conjunto, o que mereceu o consenso dos presentes. Foi nomeado o Senhor Deputado Correia de Jesus.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a proposta conjunta de decisão do Conselho relativa às regras de execução pela União da cláusula de solidariedade [Join(2012)39]

Relator: Deputado Mário Simões;

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Mário Simões (PS) para apresentar o parecer, chamando a atenção para alguns dos aspetos essenciais da iniciativa europeia em análise, frisando que a mesma não tem implicações no domínio da defesa, visando situações de catástrofes naturais e ataques terroristas. Tal como mencionado no parecer, chamou a atenção para o facto de cada vez mais as Forças



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 115/XII/ 2.ª SL

Armadas serem chamadas a participar em missões de apoio às populações resultantes de catástrofes naturais, pelo que esta decisão vai ao encontro do que poderá ser no futuro uma vertente importante de atuação das mesmas. Considerou que esta iniciativa vai no caminho certo e constitui um instrumento valioso para acentuar uma prática de solidariedade entre os Estados-membros em áreas fundamentais para a nossa segurança. Acrescentou ainda considerar que deve ficar garantida a robustez do instrumento financeiro para a proteção civil do fundo de solidariedade da União Europeia.

De seguida usaram da palavra os Senhores Deputados Marcos Perestrello (PS), João Rebelo (CDS-PP) e Correia de Jesus (PSD).

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) cumprimentou o autor do parecer e chamou a atenção para o facto de na atuação das Forças Armadas ter sempre de ser tido em conta o enquadramento constitucional, pelo que a regulamentação europeia que venha a existir nesta matéria tem de estar sujeita ao mesmo.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) felicitou também o autor do parecer e referiu-se à questão do princípio da subsidiariedade, que considerou não estar em causa na iniciativa em análise. Por outro lado, referiu que, não obstante discordar de constrangimentos à atuação das Forças Armadas constantes do quadro constitucional português, há que estar atento a estas questões no tocante a decisões da União Europeia, até porque outros países não têm este tipo de limitações.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) congratulou-se pelo parecer apresentado e referindo-se às questões suscitadas pelos oradores antecedentes, lembrou estar em causa a regulamentação da cláusula de solidariedade, a qual consta do tratado constitucional da União Europeia. Assim, dado que este tratado vigora na ordem jurídica portuguesa, questionou-se se as dúvidas serão pertinentes.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) considerou que no caso presente o quadro constitucional português está salvaguardado.

O Senhor Deputado Mário Simões (PSD) agradeceu os cumprimentos que lhe foram dirigidos e considerou também que o enquadramento constitucional nacional está acautelado no tocante a esta iniciativa. Por outro lado, lembrou que situações de exceção, por exemplo na sequência de ataques terroristas, podem obrigar a suspender algumas normas constitucionais.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 115/XII/ 2.ª SL

Submetido à votação, o parecer sobre a Join (2012) 39 foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

4. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) começou por lembrar a audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre a reforma «Defesa 2020» e o facto de entretanto estarem a ser preparados diplomas avulso nesta matéria, de que é exemplo a proposta de lei n.º 153/XII, hoje distribuída, a qual, a propósito da alteração da duração do horário de trabalho da função pública, introduz alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR). Considerou ser necessário densificar o debate sobre aquela reforma e considerou que se justificaria iniciar, logo que possível, audições dos quatro Chefes Militares sobre o assunto.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) recordou também a audição do Senhor Ministro sobre as linhas mestras da reforma «Defesa 2020», considerando completamente a despropósito a proposta daquelas audições, devendo aguardar-se até ser o momento de a Comissão analisar as iniciativas legislativas que o Governo vier a apresentar nesta matéria, altura em que tal será oportuno.

Usou de novo a palavra o Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) para solicitar que ficasse devidamente registado em ata que o Senhor Deputado coordenador do Grupo Parlamentar do PSD considerou totalmente a despropósito que a Comissão de Defesa Nacional ouvisse os chefes militares sobre uma reforma que se pretende que dure pelo menos até 2020.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) sublinhou que o que disse foi que, nesta altura, relativamente ao processo de desenvolvimento legislativo da reforma, não é oportuno ouvir os chefes militares, mas, a seu tempo, o PSD apoiará essa iniciativa.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) para reiterar uma posição que já em ocasiões anteriores tem manifestado, no sentido de a Comissão tomar algumas iniciativas no sentido do acompanhamento de grandes acontecimentos de política internacional em matéria de segurança e defesa, dando como exemplo uma eventual reflexão sobre a posição adotada pela União Europeia



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 115/XII/ 2.ª SL

relativamente ao envio de armas para os rebeldes na Síria ou sobre as implicações para o programa nuclear do Irão da recente eleição presidencial nesse país e todas as questões de natureza internacional que lhe estão associadas, como o escudo antimíssil, as sanções ao Irão, etc., e que poderia ser incluída, por exemplo, neste ponto de «outros assuntos».

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) concordou com a sugestão e lembrou que no final da sessão legislativa haverá uma semana sem sessões plenárias, reservada a reuniões da Comissões, pelo que se poderia aproveitar essa altura para fazer uma reunião sobre este tipo de temáticas. Recordou a este propósito as audições do Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) sobre matérias deste tipo já anteriormente realizadas e considerou que se poderia ouvi-lo novamente, bem como o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional sobre estas matérias e outras, como sobre a situação no Sahel, por exemplo. Por outro lado, considerou que também se poderá realizar nessa semana mais alguma visita que tenha ficado por fazer, em função do plano de atividades.

Seguiu-se uma troca de impressões sobre o assunto, em que usaram também da palavra o Senhor Deputado Marcos Perestrello e o Senhor Presidente em exercício. Atendendo à natureza das matérias, foi ainda referida a possibilidade de audição de um responsável no âmbito da política externa, como o Diretor-Geral de Política Externa e eventualmente o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Senhor Presidente em exercício considerou as propostas muito interessantes e relativamente ao SIED considerou que se poderia eventualmente realizar uma visita às suas instalações. Lembrou que no dia 16 de julho terá lugar uma audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre política geral do ministério, o que constitui também uma oportunidade para abordar estas matérias.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) lembrou que qualquer iniciativa que envolva o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros deverá sempre ser articulada com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2013.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 115/XII/ 2.ª SL

O PRESIDENTE em exercício

(MIRANDA CALHA)